



**ENTRE CARREIRAS, PANELAS E BEBÊS:
patroas e empregadas e o espaço privado do lar**

*Marusa Bocafoli Silva¹
Rodrigo Anido Lira²*

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar de que maneira a ausência da divisão igualitária das tarefas domésticas entre os casais cria impedimentos para que as mulheres conciliem carreira e família, fazendo com que a contratação do serviço da empregada doméstica, surja, em muitos casos, como alternativa para que elas continuem trabalhando fora do lar. Para a realização desse estudo, utilizamos dados de entrevistas realizadas com 30 patroas na cidade de Campos dos Goytacazes (Estado do Rio de Janeiro), onde foi possível verificar o dilema vivenciado por essas mulheres, que por naturalizarem as tarefas domésticas, não vislumbram a possibilidade de dividi-las igualmente com seus parceiros e para continuar se dedicando a suas carreiras optam por contratar empregadas domésticas, mantendo uma relação de trabalho, peculiar e desigual entre duas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Carreira. Divisão Sexual do Trabalho.

**BETWEEN CAREERS, PANS AND INFANTS:
mistresses and employed and private space lar**

ABSTRACT

This study aims to analyze how the absence of the equal division of household tasks between couples creates impediments for women to reconcile career and family, making the hiring of maid service, arises in many cases as an alternative so that they continue to work outside the home. To perform this study, we used data from interviews conducted with 30 mistresses in the city of Campos dos Goytacazes (State of Rio de Janeiro), where it was possible to verify the dilemma experienced by these women, which naturalize housework, does not foresee the possibility to divide them equally with their partners and to continue dedicating their careers choose to hire maids, maintaining a working relationship, quirky and uneven between two women.

KEYWORDS: Gender. Race. Sexual Division of Labor.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professora de Sociologia na Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes RJ. Intregante do Atelier de Estudos de Gênero – ATEGEN. E-mail: marusasilva@gmail.com

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes. E-mail: rodrigoanidolira@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico, que se desenvolve dentro lar e engloba tarefas como limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar das crianças e/ou idosos ainda é realizado, em sua maioria, pelas mulheres. Elas são "levadas" a acreditar que esse é seu dever "natural", assim, mesmo se dedicando às tarefas fora do lar precisam encontrar tempo e disposição para o trabalho doméstico. O mundo moderno marcou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas não as desvinculou do espaço doméstico. Esse fato foi responsável por fazer da modernidade palco de crescentes reivindicações pela igualdade de gênero.

É fato que as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho e nos bancos das universidades. Estão assumindo cargos de chefia e profissões que antes eram primordialmente masculinas. Elas saíram do lar mas a responsabilidade com ele ainda é delas. Essas mulheres se veem divididas entre o cuidado com a casa/família e a dedicação à carreira. Mesmo inseridas no mercado de trabalho e tendo com a mesma carga horária dos homens são delas, quase sempre, a responsabilidade de manter a casa e os filhos bem cuidados. Os parceiros, apesar de pesquisas mostrarem uma maior participação dos homens nessas tarefas³, ainda não compactuam, na totalidade, com a ideia de que esse tipo de trabalho é importante para a família e, desta forma, deveria ser dividido igualmente. Assim, aquelas que pertencem a uma classe mais privilegiada, encontram na contratação da empregada doméstica, uma maneira de conciliar os cuidados com a casa e com a carreira.

É sob essa perspectiva que esse artigo versa. Analisar de que maneira a ausência da divisão igualitária das tarefas domésticas entre os casais cria impedimentos para que as mulheres conciliem carreira e família, fazendo com que a contratação do serviço da empregada doméstica, surja, em muitos casos, como alternativa para que elas continuem trabalhando fora do lar. Para a realização desse estudo utilizamos dados de entrevistas realizadas com 30 patroas na cidade de Campos dos Goytacazes (Brasil), que é o maior município do interior do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com os dados do IBGE⁴ (2010) Campos dos Goytacazes possui uma população de aproximadamente 463.731 habitantes e conta com 303.065 eleitores. O município é conhecido como a capital nacional do petróleo, pois a Bacia de Campos é responsável por cerca de 75% da

³ Pesquisa divulgada pelo MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social) intitulada: "Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014" em 2016 sobre a participação de homens e mulheres nas tarefas domésticas no Brasil.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

V. 6, n. 2. p. 250-262, mai./jul. 2017.

produção nacional de petróleo⁵. A pesquisa foi realizada durante os anos de 2012 e 2013 e foi possível verificar o dilema vivenciado pelas mulheres, que por naturalizarem as tarefas domésticas não vislumbram a possibilidade de dividi-las igualmente com seus parceiros e para continuar se dedicando a carreira optam por contratar empregadas domésticas, mantendo assim uma relação de trabalho, peculiar e desigual entre duas mulheres.

II. NATURALIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO

O espaço doméstico e tudo o que diz respeito a ele foi a muito constituído como espaço feminino. Todo o discurso propagado por intelectuais e cientistas durante os séculos XVIII e XIX tinha como objetivo domesticar as mulheres. O espaço público estava relacionado aos homens e as mulheres deviam se ater ao seu papel de esposa e mãe. A cidadania feminina foi tema de debates acirrados durante a Revolução Francesa, a pergunta frequente era se as mulheres deveriam ou não ser consideradas cidadãs. O status de cidadania pressupõe participação nos assuntos de interesse público e alguns viam isso com horror, já que as mulheres deveriam se responsabilizar apenas em formar os homens cidadãos e não se envolver em discussões e debates políticos (SILVA, 2013, p. 13).

Instituições sociais como a Igreja e o Estado corroboraram a política de encerramento da mulher dentro do lar, quando passaram a interferir na educação voltada para civilidade bem como a preservação de valores religiosos, tal como a família. A política higienista da medicina que reforçava a importância da maternagem para salvaguardar a saúde física e de caráter dos futuros cidadãos, colocou toda a responsabilidade pelo cuidado e criação das crianças nas mãos das mães. E como nos mostrou Donzelot (1986, p. 25):

Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX.

A importância dada a participação das mulheres no desenvolvimento das crianças sublinhou a necessidade dela se fazer presente no lar. Por meio de discursos que gozavam de status intelectual e científico criou-se e naturalizou-se a ideia de que o bem-estar da família dependia da mulher. Essa

⁵ Dados disponíveis em: www.anp.gov.br - acessado em 21/07/2015.

crença é tão verdadeiramente enraizada nas sociedades e no inconsciente coletivo que mulheres se deparam com a angústia de vivenciar o seguinte dilema: dedicação à família ou à carreira?

Michelle Perrot (2005, p. 255) ao analisar os discursos dos operários franceses no século XIX destaca o esforço da classe operária (aqui lida no masculino) para conscientizar as mulheres de que elas não deveriam trabalhar nas fábricas e que o seu lugar era dentro de casa cuidando da família. Lançava-se mão de inúmeros argumentos para tal convencimento, desde a relação da mulher operária com a mulher cortesã, afinal ao sair de casa a mulher ficava mal vista, passando pela pretensa preocupação com sua saúde, pois era submetida ao ambiente inóspito das fábricas. Explicações biologizantes afirmavam que a mulher era um ser frágil por natureza e com a rotina pesada do trabalho fabril seu corpo enfraquecia e adoecia, não podendo assim gerar cidadãos fortes e saudáveis para a França.

Tentativas com as mencionadas acima foram utilizadas durante muito tempo para negar à mulher o espaço público. Resgatando os ensinamentos de Pateman (1992) diferente do que tentam mostrar os teóricos do liberalismo, o contrato que funda a “igualdade” foi estabelecido entre os homens. As mulheres ficaram marginalizadas, sujeitas a dominação exercida pelos homens. Assim, de acordo com a autora (PATEMAN, 1996, p. 16-17):

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem, e a sujeição da mulher derivam do contrato original [...] A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios.

Todos esses esforços serviram ao propósito de retirar as mulheres do espaço público. Encerrando-as no lar e responsabilizando-as por todo o trabalho de reprodução, com isso, os homens assumiram as rédeas dos campos político e econômico. Esse longo tempo de domesticação feminina custou às mulheres sua independência. Relacionada ao lar e a vida familiar a sua entrada no mercado de trabalho foi dificultada pelo sentimento de "obrigação" com a família, de acordo com Perrot (2005, p. 255) há uma crença social de que carreira não é algo para mulher, em suas palavras:

Fazer carreira é, de qualquer maneira, uma noção pouco feminina; para uma mulher, a ambição, sinal incongruente de virilidade, parece deslocada. Ela implica, em todo caso, em uma certa renúncia, sobretudo do casamento.

O peso da tradição e da cultura se faz presente nos dias atuais. Mulheres que construíram carreiras e ao mesmo tempo estabeleceram família se veem diante de um dilema que as angustiam, como fazer para representar os dois papéis sociais? (GOFFMAN, 1975, p. 11). É nesse contexto que percebemos que a contratação de outra mulher para "assumir" as responsabilidades com o lar e com as crianças ganha conotação de grande relevância para a conciliação dos papéis.

Foi possível perceber em nossa pesquisa de campo a dependência que essas mulheres com carreiras e famílias criam com as suas empregadas. Sendo a contratação desse tipo de trabalho, em grande parte dos casos analisados, a possibilidade para que tais mulheres continuem desempenhando suas funções de profissional, de esposa e mãe.

III. MULHERES E O TRABALHO DOMÉSTICO

O que significa simbolicamente ter uma empregada doméstica? A primeira vista pode parecer uma questão de status apenas. Porém, para além disso, a figura da empregada doméstica, pode funcionar como um amenizador de crises. Como nos diz Preuss (1996, p. 55), na medida em que as mulheres se revezam neste tipo de tarefa o homem fica cada vez menos comprometido com os afazeres domésticos mantendo-se assim, a tradicional divisão sexual do trabalho e o concomitante domínio masculino no espaço público. O que para a autora torna-se “uma complementação, paradoxalmente acompanhada, no plano simbólico, de uma cisão no universo feminino - entre patroas e empregadas -, que contribui para diminuir o poder de barganha das mulheres no espaço social”.

Assim, o tempo despendido com as tarefas domésticas deixa de ser utilizado visando o aprimoramento profissional e, a dedicação total a carreira se torna problemática para aquelas que desempenham também o papel de esposa e mãe. Cria-se assim, além de impedimentos, fatores desmotivadores como por exemplo, os salários menores oferecidos às mulheres.

Nos relatos analisados durante a pesquisa de campo foi possível observar a dependência que essas mulheres têm da empregada doméstica. A figura da doméstica, cuidando da casa, das crianças e da comida apareceu intimamente ligada a dedicação das patroas às tarefas fora de casa. A fala de Marcela⁶, casada e mãe de dois filhos se mostra ilustrativa neste caso:

⁶ Os nomes das entrevistadas utilizados nesse artigo são fictícios.
V. 6, n. 2. p. 250-262, mai./jul. 2017.

Na minha realidade hoje eu teria que parar de trabalhar. Eu tenho um filho que estuda de 7:30 da manhã às 11:45 e uma que entra 12:30 até às 17:00. Se não tivesse condições hoje de pagar uma empregada eu teria que fazer esse serviço e não poderia mais trabalhar. Eu teria que abrir mão pra cuidar da casa, da roupa ou uma diarista, mas, mesmo assim não daria.

No entendimento de Marcela seria impossível ter a vida que ela tem hoje caso não pudesse contar com os serviços de outra mulher. Em momento algum na sua fala percebe-se ou cogita-se a divisão das tarefas domésticas com o marido. Nesta relação todo o trabalho de limpar e cuidar da casa e das crianças é de responsabilidade das duas mulheres. Esta "dependência" torna ainda mais peculiar esta relação, onde se entrelaçam questões profissionais e afetivas, onde se misturam valores e onde o jogo de poder se dá avançando em alguns momentos e recuando em outros. A patroa depende daquela mão de obra para conseguir se dedicar à carreira ou à outras atividades sociais, mas, há sempre a preocupação de não perder o posto de dona da casa, a decisão final para os assuntos domésticos precisa passar por ela.

Essas mulheres que repartem o ambiente doméstico e que têm sua privacidade comprometida, especialmente pela arquitetura das moradias modernas, observam-se em seus hábitos de higiene, de se comportar e de se vestir (PREUSS, 1996, p. 55-56). E tem a proximidade e a afetividade como dificultadores e ao mesmo tempo facilitadores nesta relação. Limitar as ações das empregadas dando um caráter mais profissional para a relação, apareceu na fala das patroas entrevistadas como a grande dificuldade desse tipo de trabalho. Elisa, que conta com os serviços de duas empregadas, diz que:

[...] penso que é uma profissão muito delicada, que diferentemente de outras ela lida com o espaço mais preservado que tem que é a nossa casa. Daí a grande dificuldade que é ter um relacionamento mais trabalhista, mais exato, porque envolve afetividade. Parte difícil é essa. Acho que é uma relação complicada por isso. Porque é dentro do seu espaço, lida com a sua privacidade, às vezes lida com os seus segredos, com seus bens, sabe tudo da sua vida.

A relação de trabalho que se estabelece entre essas duas mulheres torna-se peculiar e desigual. Se estabelece uma hierarquia de classe, já que são mulheres que pertencem a uma realidade social oposta. Além disso, a delimitação dessa relação como estritamente profissional aparece como problemática. Sabrina, também casada e com dois filhos pequenos, fala de como se sente dependente de sua empregada:

Seria muito difícil. Eu ia tá frustrada. Se eu não pudesse pagar, se eu não conseguisse ninguém pra trabalhar aqui (...) porque minha vida tá andando hoje graças a ela

(empregada), porque se ela faltar, se ela ficar doente, senão tiver ela como eu vou fazer para trabalhar?

Débora, que também é casada, compartilha o sentimento de dependência que Sabrina nutre pela empregada doméstica e diz: "não sei o que faria. Sentiria muita falta. A gente precisa muito. Já fiquei um tempo sem empregada e nem lavava o banheiro. Não dava". Corroborando o que foi dito acima, Marina, também patroa, casada e com um filho pequeno diz que: "Não tenho noção. Eu acho que eu ia ficar muito perdida, como fico nos dias que ela tá de férias, então é meio enlouquecedor". Das três patroas citadas apenas Débora não trabalha fora. Entretanto, nenhuma delas mencionam, como solução para uma hipotética situação de não poderem mais contar com a empregada, a divisão das tarefas com o marido. Marina defende que ele (marido) não precisa dividir já que paga uma empregada para fazer. Em suas palavras:

(...) eu acho que eles (maridos) trabalham tanto também e não é o perfil do homem ter que fazer esse tipo de situação. O meu aqui em casa não faz e não me ajuda. Tem certas horas que por causa da criança você tem que pedir um apoio, mas, eu acho que se já tem a empregada e que eu posso ajudar, fazer meu papel de mulher da casa, eu vou criar uma situação por conta disso?

A fala de Marina é simbólica para o entendimento dessa "naturalização" do trabalho doméstico como sendo trabalho feminino. Ao lançar mão do argumento "fazer meu papel de mulher da casa" fica explícito como a desigualdade de gênero que se estabelece dentro do espaço doméstico é legitimada. Como nos ensina Bourdieu (2001, p. 32) a dominação simbólica se faz sem que o dominado perceba que a está vivenciando e ele mesmo a reproduz. Ademais, essas tarefas são compreendidas como expressão de afeto e moeda de troca das emoções familiares (SILBAUGH, 2012, p. 123).

Assim como Marina essa opinião é compartilhada por outras patroas, observemos o relato de Selma quando perguntada se achava que os homens deveriam participar mais das tarefas domésticas,

Pra começar eu acho que é responsabilidade da esposa. Eu sou daquela antiga, que, aliás, todo mundo mexendo na mesma panela, o doce desanda, então pra o negócio dar certo, um tem que ser responsável, a ajuda é bem vinda de qualquer lugar, então a organização, quem administra, tem que ser a mulher. (...) Então eu acho que esse negócio de, ah, o pessoal tudo hoje moderninho. Minha filha assim "ah, porque eu, se eu lavar o banheiro, ele tem que lavar o outro", pronto, acabou. É. E não é, porque ela não vê isso aqui, ela não aprendeu assim, é porque os jovens são assim, né, acha que casamento é um contrato, todo mundo tem que participar, eu concordo, mas cada um tem a sua obrigação, se amanhã a esposa tiver sem dinheiro, quem tem que correr atrás pra criar os filhos e a família é o marido, aí isso vai continuar assim pro resto da vida.

Você vai ajudar, a gente trabalha pra ajudar, mas a obrigação é do marido. E da casa, a esposa. Ninguém pode mudar isso.

Os relatos acima demonstram que todos os afazeres domésticos, ainda hoje, são vistos como obrigação da mulher. Os homens são poupados dessas tarefas sob a justificativa que estão fora do lar cuidando do sustento da família. Nas famílias onde o serviço doméstico passa a ser realizado pela empregada doméstica, percebe-se a ausência quase total do envolvimento dos homens com esse tipo de trabalho. Nesses casos a justificativa para ser poupado está na contratação de uma outra mulher para realizar essas tarefas. Como afirma uma de nossas entrevistadas, " Tem certas horas que por causa da criança você tem que pedir um apoio, mas, eu acho que se já tem a empregada e que eu posso ajudar, fazer meu papel de mulher da casa, eu vou criar uma situação por conta disso?".

A referência feita ao matrimônio como um contrato ajuda-nos a compreender que o trabalho doméstico, nesse ínterim, é a contraprestação dada pela mulher ao marido (SILBAUGH, 2012, p. 128). O que explica o não envolvimento de grande parte dos homens com as tarefas domésticas, promovendo assim, uma rotina extenuante para aquelas que são casadas, mães e profissionais.

Essa realidade não é compartilhada apenas pelas mulheres que estão na posição de patroas. As empregadas domésticas também são vítimas da dupla jornada de trabalho. O trabalho doméstico remunerado é maneira que essas mulheres têm de alcançar independência financeira. Como é sabido a rotina do trabalho doméstico remunerado é exaustiva e ao chegar em casa elas se deparam com outra etapa do seu dia, cuidar de suas casas e de seus filhos. Já que elas não contam, na maioria das vezes, como a participação dos maridos e companheiros na realização dessas tarefas. Muitas, precisam terceirizar esses cuidados, dando-os as outras mulheres, seja por meio de pagamento ou lançando mão de relações familiares, como no caso em que suas mães ou sogras ficam com seus filhos e cuidam de suas casas.

Essas percepções da realidade deixam claro como está enraizado no imaginário social a relação entre o espaço privado e o feminino. Sem perceber de forma clara, essas mulheres, que fizeram parte dessa amostra, reproduzem as relações assimétricas de gênero. Ao contratar outra mulher para fazer o trabalho doméstico isentam os maridos e companheiros de sua responsabilidade com as tarefas domésticas.

Maria Lúcia, professora aposentada, conta-nos que sempre teve empregada doméstica, casada e mãe de quatro filhos ela afirma que não se imaginaria sem ter com quem dividir as tarefas da casa:

Se não tivesse empregada? Eu não daria conta! Abriria mão de alguma coisa porque eu não daria conta com quatro filhos de fazer todo o serviço doméstico(...) A situação na época era ruim, era apertada, mas o da empregada era certo. Porque realmente eu não teria chegado onde cheguei ou não teria estudado como estudei, não teria trabalhado em dois lugares. Eu não daria conta!

Assim como Maria Lúcia, Vanessa que é funcionária pública e também casada e com filhos reconhece que só consegue se dedicar à carreira porque conta com o apoio e o trabalho de uma empregada doméstica: “Provavelmente não daria para conciliar. Se a minha renda não fosse suficiente para eu ter uma empregada certamente teria que largar o emprego. Eu ia sair do mercado de trabalho como muitas mães fazem”.

Estes relatos mostram que a dependência que as patroas demonstram ter em relação às suas empregadas está relacionada, quase sempre, a conciliação das funções domésticas e profissionais. Diante desse cenário, essas mulheres utilizam estratégias para conseguir se realizar como profissional e/ou alcançar alguma independência financeira. A estratégia é a contratação de outras mulheres para “ocupar” o lugar que “naturalmente” pertence a elas. O fato é que essa estratégia se transforma em dependência porque na impossibilidade de manutenção da empregada doméstica, as patroas não vislumbram possibilidade de dedicar-se às suas carreiras. Isto acontece porque na sociedade em que vivemos a divisão sexual de trabalho ainda não se dá de forma igualitária. As mulheres que deixam o lar para se inserir no mercado de trabalho, estão “contaminadas” pela crença de que a casa e os filhos são problemas delas e de que os homens “naturalmente” não servem para este tipo de trabalho. Ao naturalizar este tipo de conduta, não abrindo mão da empregada doméstica, temos como resultado a legitimação da ideia de que o lar é o lugar natural da mulher. Esta permanência é responsável pela desigualdade entre homens e mulheres, demarcando assim, o espaço privado como sendo o espaço e o lugar de confinamento da mulher.

Além disso, a ausência da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres colabora para a perpetuação de uma relação trabalhista que ainda é marcada por desvalorização social. Mesmo estando diante de uma outra realidade histórica, onde a Lei que regulamenta o trabalho doméstico passou a vigorar, será necessário tempo para afirmarmos se esse tipo de função alcançou visibilidade social. Os conflitos e as aproximações que esse tipo de função desencadeia é um terreno fértil para a consolidação de suas representações sobre esse tipo de trabalho. Essa relação, muitas vezes compreendida como amigável, vive oscilações entre tensões e aproximações dentro de uma relação assimétrica e vivenciada no cotidiano. Dessa forma, essa relação se mantém ambígua já que

aproxima mulheres, mas, demarca significativamente as diferenças, além do mais, serve para legitimar valores sexistas sobre o trabalho da mulher.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contratação de mulheres para fazer o serviço doméstico possibilita que aquelas pertencentes as classes média e alta, também possam se inserir no mercado de trabalho. Muitas vezes, foi percebida a total relação entre entrar e se manter no mercado de trabalho e contar com os serviços da empregada doméstica. Entretanto, mesmo exercendo a função de "possibilitar" a autonomia tanto para empregadas e patroas, guardadas as devidas proporções, este tipo de trabalho funciona como legitimador de pressupostos sexistas, além de servir, como amenizador de crises, já que a sua existência permite que os homens se envolvam cada vez menos com a vida doméstica.

As patroas que participaram da pesquisa, relataram os problemas que teriam caso não pudessem contar com a empregada doméstica. As entrevistadas são na maioria mulheres que trabalham fora do lar, que possuem uma carreira. Elas afirmaram a dificuldade que seria se tivessem que conciliar trabalho, casa, marido e filhos. Caso não fosse possível contar com a empregada teriam que gastar mais com creches e escolas de tempo integral, pedir ajuda a parentes como mãe e sogra ou deixar o trabalho e/ou trabalhar por meio período. Esta última "saída" foi mencionada pela maioria das entrevistadas.

Detectou-se com isso, que nenhuma delas, em momento algum, aludiu a divisão das tarefas com o marido. Ao contrário, elas se assumem como as responsáveis pelos cuidados da casa e pela educação dos filhos. Utilizam justificativas sexistas como o fato do homem não ter "jeito" para esse tipo de serviço, ou, porque já concordam em pagar uma empregada, o que os deixa livre das ocupações domésticas. Nesse sentido o trabalho doméstico remunerado, ou seja, a presença da empregada doméstica estimula e legitima a desigualdade entre homens e mulheres. Deixando as últimas sobrecarregadas enquanto os primeiros têm tempo suficiente para se dedicar à carreira e as atividades de seu interesse. Além disso, ao contratar uma empregada doméstica, reforça-se a ideia de que o lar e tudo que diz respeito a ele é de responsabilidade exclusivamente feminina. Mesmo que as pesquisas mostrem uma maior participação dos homens nas tarefas domésticas, essa não foi uma realidade encontrada na nossa amostra. Os poucos que participavam, se limitavam a ir ao supermercado e/ou levar e buscar as crianças na escola.

Esse tipo de trabalho é marcado por uma herança escravagista e pela precariedade, por ser receptáculo de mulheres negras e pardas e de pouca instrução. De acordo com o IBGE, 61,9% das trabalhadoras domésticas no Brasil são negras.⁷ O perfil das empregadas domésticas que fizeram parte dessa pesquisa corrobora o perfil nacional. Das trinta mulheres entrevistada 76% se declarou como negra e/ou parda. Além de 53,3% possuir o Ensino Fundamental incompleto. Ademais, como discutimos nesse artigo, esse tipo de trabalho serve de fator legitimador para a desigualdade de gênero, já que as mulheres só vislumbram a dedicação à carreira se puderem dividir suas "obrigações domésticas" com outra mulher.

Contudo, o trabalho doméstico remunerado tem passado por importantes transformações. Após um longo tempo de discussão e reivindicações ele foi alçado à categoria de trabalho formal. Os direitos foram sendo conquistados de maneira lenta e gradual. Grande parte por reivindicações de movimentos sociais e pessoas sensíveis à causa. Em 2013 foi promulgada a proposta de Emenda à Constituição que ficou conhecida como PEC das Domésticas e só 2015 a regulamentação da lei foi sancionada. Essa regulamentação estabelece 7 novos benefícios para o trabalhador doméstico além daqueles que entraram em vigor em 2013.⁸

O fim do trabalho doméstico remunerado nos moldes do século XX é um ganho para o país que se torna mais próspero e para as mulheres que passam ocupar funções e cargos que exigem mais instrução, desenvolvendo atividades mais produtivas. O Brasil está dando os primeiros passos para essa transformação, passos esses que já foram dados a mais tempo por países como o Reino Unido que teve essa mudança ainda no século XIX quando sua economia era a maior do mundo e quando vivia uma fase de grandes investimentos em infraestrutura e tecnologia. O aumento da escolaridade das meninas britânicas foi diminuindo o número de moças pobres disponíveis para o trabalho doméstico. Depois que a Primeira Guerra Mundial levou cerca de dois milhões de mulheres para o trabalho nas fábricas inglesas, elas não retornaram ao trabalho doméstico.

Todos esses acontecimentos sinalizam para um novo caminho, uma nova configuração das relações de trabalho entre patrões e empregadas domésticas. A maior profissionalização que vem acompanhada da valorização destas trabalhadoras indica que uma mudança irá ocorrer no interior

⁷ Dados disponíveis em: www.ibge.gov.br.

⁸ Foi aprovada no dia 26/03/2013 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 03/04/2013 a Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2012. Conhecida como PEC das Domésticas, a proposta de lei iguala os direitos dos trabalhadores domésticos aos de outras profissões. Os direitos garantidos em 2013 foram: jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Pagamento de hora-extra. Salário nunca inferior ao mínimo. Direito ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), adicional noturno, seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche, seguro contra acidente de trabalho só foram regulamentados em 02/06/2015.

da família, existe a demanda por uma mudança cultural. A empregada doméstica vai se tornar mais cara, as famílias que desejam continuar contando com esse tipo de serviço vão precisar pagar mais e melhor por ele. Além disso, todas essas transformações exigem que o comportamento entre o casal também se transforme. A participação dos homens, em igualdade, nas tarefas domésticas será cada vez mais exigida.

O que se espera com isso é que haja uma maior igualdade entre os sexos. Homens e mulheres responsáveis por tarefas que garantem à sua sobrevivência. Homens e mulheres que tenham possibilidades, oportunidades e valorização iguais no mercado de trabalho. Por outro lado, trabalhadores domésticos reconhecidos e valorizados, contando com direitos dados a todos os outros trabalhadores. No entanto, há de se pensar que por se configurar em um trabalho que acontece no interior da família, na residência dos patrões, dificulta a fiscalização e é nessa peculiaridade que as desigualdades e as injustiças podem persistir. Espera-se que para além da ampliação dos direitos, esses se façam cumprir e que sirvam para transformar o posicionamento e o pensamento dos patrões para com o trabalho e os trabalhadores domésticos, bem como, sobre as relações de gênero.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 10^a ed., 2011.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2^a edição, 1986.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo, EDUSC, 2005.

PREUSS, Mirian. Raja. Patroas e Empregadas Domésticas: Relação de Proximidade e Oposição. *Coletâneas das ANPEPP*, 1996, pg.55.

SILBAUGH, Katharine. Convirtiendo el trabajo em amor: el trabajo doméstico y el derecho. In.: GHERARDI, Natalia (org.). *Justicia, género y trabajo*. Buenos Aires – Argentina, Libreria Ediciones, 2012.

SILVA, Marinete dos Santos. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã? As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In.: FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda (orgs.). *Vozes Femininas do Império e da República: Caminhos e Identidades*. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2009.

SILVA, Marusa, B. *Patroas e Empregadas em Campos dos Goytacazes: uma relação delicada*, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

Recebido em: 24 de jan. 2017

Aceito em: 08 de mai. 2017